

COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS

INFORME SOBRE AS ETAPAS REGIONAIS SUL E CENTRO-OESTE

A **Primeira Plenária Nacional Saúde e Migração** está ocorrendo de forma remota e o Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, um dos parceiros desse evento, está acompanhando as etapas regionais. Trata-se de uma primeira iniciativa no Brasil destinada a debater a interface entre saúde e migração entre saúde e migração, em suas múltiplas dimensões. O objetivo é propiciar um fórum enquanto espaço de escuta e debate entre populações migrantes, profissionais e gestores de saúde, pesquisadores e outros interessados na temática a fim de produzir insumos para subsidiar a construção de políticas públicas fundamentadas nas principais demandas de migrantes e refugiados. Com temas fundamentais na vida das pessoas migrantes e na definição de políticas públicas para a saúde das pessoas migrantes, a Conferência Nacional está organizada em duas etapas, sendo 5 regionais e uma de integração nacional.

Portanto, num cenário marcado pela pandemia do COVID 19, o tema da saúde foi colocado no centro do debate. Como o direito universal é alcançado nos lugares nos quais os imigrantes vivem? Quais as vulnerabilidades específicas trazidas através de diferentes atores que vem desenvolvendo projetos e ações em diálogo com imigrantes e refugiados e, sobretudo pelos próprios imigrantes? Essas são algumas das indagações centrais dessa primeira etapa regional realizada no Sul do país

Denise Jardim (UFRGS), que faz parte do Comitê Migrações e Deslocamentos, participou dessa etapa regional Sul que inaugurou a Primeira Plenária Nacional de Saúde e Migração. Essa etapa foi, segundo ela, marcada pelo protagonismo e a participação direta das associações migrantes, assim como de instituições que trabalham com migrantes e refugiados. Assim sendo, a mesa de abertura, além de contar com a presença da Denise Jardim, foi composta por Geraldine Ruffato do Centro de Atendimento ao Migrante de Caxias do Sul – RS, Abdou lahat Ndiaye (também conhecido como Billy) da Associação dos Imigrantes Senegaleses de Caxias do Sul, Jesus Delgado da Associação de Venezuelanos de Foz do Iguaçu, Jean Samuel Rosier da Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina e Alexandre Branco Pereira, doutorando em Antropologia Social (UFSCar), representando a Comissão de Organização dessa I Plenária Nacional de Saúde e Migração

A programação contou com salas de debates entre atores que desenvolvem projetos de acolhimento e escuta aos imigrantes no ambiente laboral e no acesso a atendimentos geradores de uma intensa troca de experiências. Foram examinadas a realidade de trabalhadores de frigoríficos e a atuação da rede de acolhimento a vulnerabilidades combinadas ao perfil de trabalho em fábrica e no acesso a serviços do SUS.

Já no dia 08 de julho aconteceu, também de forma virtual, a Primeira Plenária da Região Centro-Oeste da Conferência Nacional Saúde e Migração Com a participação de especialistas que atuam na região Centro-Oeste, a mesa tratou de temas relevantes não somente no que tange aspectos diretamente relacionados à saúde, mas como de todos os temas que perpassam sua interseccionalidade. Na abertura dos debates Paulo Illes, o primeiro a estar à frente da Coordenação de Políticas Imigrantes da cidade de São Paulo e atualmente coordenador do Espaço Sem Fronteiras, chamou a atenção para a interseccionalidade das lutas por políticas públicas, entre as quais, o direito à saúde universal, gratuita e de qualidade tem se tornado em uma pauta fundamental nas políticas públicas em contexto internacional. Relembrou que o Fórum Social Europeu das Migrações, realizado recentemente em Lisboa cobrou dos governos uma política de inclusão das pessoas migrantes nos programas de vacinação sem nenhum tipo de restrição e chamou o movimento social mundial para um dia de ações organizadas e coordenadas pela sociedade civil em todo os continentes para exigir o pleno acesso e sem restrições aos serviços públicos essenciais para toda a população, incluindo as pessoas migrantes e refugiadas, independente da sua situação migratória. Também os especialistas foram desafiados a abordar temas como políticas locais, a questão indígena, o trabalho análogo ao trabalho escravo, questões de gênero e fronteiras. Destacou a aprovação de uma semana do migrante em Cuiabá, iniciativa da vereadora Edna Sampaio (PT) em conjunto com diversos coletivos de imigrantes, assim como o atual processo de construção de uma política municipal na cidade, a ser institucionalizada enquanto uma política de Estado nos moldes da experiência de São Paulo.

Já a apresentação da colombo-peruana Jennifer Alvarez, primeira mulher migrante a ocupar a coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Prefeitura de São Paulo que atua hoje no Distrito Federal com a população indígena venezuela Warao, mostrou como a mudança nos fluxos migratórios da região trouxe novas composições de questões e desafios para gestão migratória, bem como para promoção de políticas públicas. Já a universalidade do Sistema Único de Saúde) em cidades tranfronterizas foi colocada em debate por Danielle Cevallos Soares, professora na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)., trazendo à tona como o SUS tende a ser usado por migrantes temporários bolivianos na que são ao mesmo tempo vítimas de xenofobia na cidade de Cárceres, fronteira com Bolívia. Por fim, Victor Camargo de Melo (CSEM) demonstrou como o impacto da pandemia nas populações migrantes vem atingindo não somente questões de saúde diretamente, mas também questões voltadas à regularização migratória, fechamento seletivo de fronteiras, acesso a assistência social e aprofundamento do desemprego ou relações informais de trabalho, aprofundando as condições de vulnerabilidade dessa população e as expondo-as a um risco de saúde maior. Nesse sentido, Paulo Illes chamou a atenção como garantia de direitos se dá apenas no plano narrativo, enquanto, o plano operacional impõe cada vez mais barreiras e obstáculos. Esses, por sua vez, se fazem pertinentes a articulação do setor privado que tem se beneficiado dos contingentes de migrantes e refugiados no país para aumentar e acelerar a reprodução de seu capital, absorvendo e explorando grande parte

da mão de obra migrante e, com isso, aprofundando os riscos e as violações de direitos dessa população já tão vulnerável.

Ao final de cada etapa é consolidado um documento próprio para ser levado ao debate na Plenária final. A construção do relatório final da etapa regional sul pode ser consultada em: [\(47\) Etapa Regional Sul - Atividades Autogestionadas - 28/06 - 15h-17h - Plenária Saúde e Migração - YouTube](#)

O evento tem sido transmitido pelo canal de YouTube do CDHIC (<https://www.youtube.com/channel/UCpl8tCmS-oADDVeHwjZcf4A>). Construída de modo autogestionado e promovido pela CUT e CDHIC, a plenária nacional contará com 5 plenárias regionais. A próxima **Etapa Regional Centro-Oeste**, que **ocorrerá em apenas um dia, 08/07 e é possível** acompanhar as atividades pela página do Facebook da Plenária Nacional (<http://www.facebook.com/plenariasaudemigracao>) e do CDHIC (<http://www.facebook.com/cdhic.migrante>)

Fique atento e participe da etapa de sua região!

INFORMES DE DENISE JARDIM E PAULO ILLES